



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOÃO CAMPOS

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à
Aquisição de Habitação para
Profissionais da Segurança Pública -
Programa Habite Seguro.



CD/21873.12938-00

EMENDA MODIFICATIVA N.º /2021

Dê-se ao inciso III do art. 2º da Medida Provisória n.º 1.070/2021 a seguinte redação:

“Art. 2º

III - agentes penitenciários, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação e os agentes de trânsito mencionados no §10 do art. 144 da Constituição Federal e inciso XV do §2º do art. 9º da lei 13.675, de 2018:

- a) ativos;
- b) inativos; e
- c) aposentados; e

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O programa Habite-se Seguro visa contemplar os agentes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), porém, equivocadamente não incluiu o agente de trânsito que faz parte do escopo da segurança pública nos termos do §10 do artigo 144 da Constituição Federal e estando também incluído entre os agentes operacionais do SUSP, inciso XV, §2º do artigo 9º da Lei nº 13.675, de 2018.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOÃO CAMPOS

Os agentes de trânsito estão presentes em vias públicas realizando o patrulhamento viário devidamente em viaturas caracterizadas, ostensivamente uniformizados, para o exercício da promoção da Segurança Viária com o objetivo constitucional de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas. Não é justo excluir a categoria.

Tudo acontece no trânsito; sinistros, homicídios e fugas, fenômenos trágicos. Os agentes de trânsito estão diariamente expostos e preventivamente cuidando da segurança das pessoas no trânsito, no entanto, o Estado não tem dado o devido reconhecimento a esses profissionais e os excluem do programa habite-se seguro é um descaso para com a Segurança Viária Brasileira. Para Associação Nacional dos Agentes de Trânsito – AGTBRASIL – a categoria tem sido discriminada seletivamente dos bônus destinados aos agentes de segurança, mas para ônus nos tribunais de justiça de instâncias superiores já tem batido o martelo retirando o direito de advogar e de fazer greves. A classe é apontada como segurança pública para o ônus, não é para os bônus. O Congresso Nacional em 2014 inseriu a Segurança Viária no capítulo da segurança pública na carta magna, mas ainda não deu as condições necessárias a seus agentes estruturados em carreira.

Estamos certos de que os nobres parlamentares farão justiça a Segurança Viária Brasileira para a inclusão dos profissionais da segurança viária, razão pela qual pedimos a aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, de setembro de 2021.

JOÃO CAMPOS
Vice-líder do Republicanos